

# MULHERES, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MINAS GERAIS: NEGRAS, ASSENTADAS DE REFORMA AGRÁRIA E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LAVRAS, GUAPÉ E PRADOS

*Maria de Lourdes Souza Oliveira<sup>1</sup>*

*Vera Simone Schaefer Kalsing<sup>2</sup>*

*Rosemeire Aparecida de Oliveira<sup>3</sup>*

*Benedito Anselmo Martins Oliveira<sup>4</sup>*

*Viviane dos Santos Pereira<sup>5</sup>*

**Resumo:** Entre os desafios da sociedade contemporânea, a compreensão sobre o porquê e como as mulheres se organizam em coletivos representou uma senha para a orientação dos trabalhos de pesquisa em interface com extensão, desenvolvidos a partir do projeto “*Relações de Gênero: Configurações e Reconfigurações da Divisão Sexual do Trabalho entre Mulheres Negras, Assentadas da Reforma Agrária e da Economia Solidária*”. O principal objetivo deste artigo é apoiar a compreensão das relações de trabalho e gênero a partir de atividades de pesquisa e extensão realizadas junto a três grupos organizados de mulheres: Olhos d’água: Produzindo e Preservando do Assentamento Santo Dias, coordenado pelo MST, no município de Guapé, mulheres negras do Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial de Lavras e mulheres da Economia Solidária do município de Prados, todos os três situados no estado de Minas Gerais. As configurações e reconfigurações da Divisão Sexual do Trabalho foram

1 UFLA. Email: [julinet@dae.ufla.br](mailto:julinet@dae.ufla.br)

2 UFLA. Email: [vera.kalsing@gmail.com](mailto:vera.kalsing@gmail.com)

3 Escola Cooperat. Galha Azul. Email: [r.ranigr@gmail.com](mailto:r.ranigr@gmail.com)

4 UFSJ. Email: [otideneb@ufsj.edu.br](mailto:otideneb@ufsj.edu.br)

5 UFLA. Email: [vivianepereira@dae.ufla.br](mailto:vivianepereira@dae.ufla.br)

identificadas nos três grupos, como dimensões que podem ajudar ou limitar o fortalecimento organizativo das mulheres. Procuramos construir informações sobre a realidade em que estão inseridas, de forma dialogada, o que significou ora atividades específicas com cada grupo, ora envolvendo os três grupos, e interagindo na sequência com outros grupos de mulheres. A metodologia utilizada durante os dois anos de execução do projeto contou com métodos quantitativos e qualitativos de obtenção de informações, com oficinas pedagógicas, dois Encontros Intermunicipais, visita a um grupo de mulheres chamado Noiva do Cordeiro no município de Belo Vale, na região metropolitana de Belo Horizonte, participação na organização do II Encontro Municipal de Economia Solidária de Prados e do Encontro da Juventude Negra em Lavras: Violência em Foco. Simultaneamente, conduzimos uma pesquisa sobre trabalho, com o objetivo de identificar e compreender as relações entre espaço reprodutivo e produtivo em grupos que mantêm diálogos com movimentos sociais, entre eles, o Movimento Negro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e o Movimento de Economia Solidária. Como um dos principais resultados, podemos elencar as especificidades organizativas de cada grupo que lidam com processos de mediação distintos, onde pautar a importância do trabalho das mulheres e todas as dimensões a ele correlacionadas é ainda tarefa feminina. No âmbito privado, as negociações para a divisão de tarefas reprodutivas abrem um leque de possibilidades familiares demandado pela atuação das mulheres no espaço público, quaisquer que sejam as dimensões econômicas específicas a cada coletivo. Cuidar da casa e dos quintais, dos (as) filhos (as) e dos (as) idosos (as) ainda é uma pauta prioritariamente feminina, salvo raras exceções. Mesmo assim, compreendemos que a participação nos coletivos de mulheres contribui significativamente para distintos processos de empoderamento, seja cognitivo, político ou econômico dessas mulheres.

**Palavras-chave:** Relações de Gênero; Divisão Sexual do Trabalho; Mulheres Assentadas de Reforma Agrária; Mulheres Negras; Mulheres da Economia Solidária.

**Abstract:** Among the challenges of contemporary society, the understanding of why and how women organize themselves into collective represented a password for the orientation of research work in C interface with extension, developed from the project “Gender Relations: Settings and

reconfigurations Labour Sexual Division of Negro Women, Settled Land Reform and the Economy SoSolidarity “.The main purpose of this article is to support the understanding of labor relations and gender from research and extension activities conducted with three organized groups woman: “Olhos d’Água produzindo e preservando” coordinated by the MST in the municipality of Guapé, black women of the Municipal Council of Racial Equality Policies of Lavras, and Womens of Solidarity Economy in the ditu of Prados, all three located in the state of Minas Gerais. The configurations and reconfigurations Labour Sexual Division were identified in the three groups such as dimensions that can help or limit the organizational empowerment of women. We seek to build information about the reality in which they operate, the dialogue-form, which sign sometimes specific activities with each group, sometimes involving the three groups, and interacting in sequence with other women’s groups. The methodology used during the two years of project implementation included quantitative and qualitative methods of obtaining information, with educational workshops, two intermunicipal meetings, visit to a women’s group called “Noiva do cordeiro” in city of Belo Vale, the metropolitan region of Belo Horizonte, participation in organizing the II Municipal Meeting of Solidarity Economy meadows and the Black Youth Meeting in Lavras: Violence in Focus. Simultaneously, we conducted a survey of work in order to identify and understand the relationships between reproductive and productive space for groups that maintain dialogues with social movements, among them the Black Movement, the Rural Workers Landless Movement - MST and the Solidarity Economy Movement. As one of the main results, we can list the organizational requirements of each group dealing with different mediation processes, which guide the importance of women’s work and all dimensions to it correlated is still female task. In the private sector, negotiations for the division of reproductive tasks open a range of possibilities family sued the performance of women in the public space, whatever the specific economic dimensions to each collective. Taking care of the house and gardens, of the children and elderly as still a primarily female, with few exceptions. Even so, we understand that participation in women’s collectives contributes significantly for different empowerment processes, whether cognitive, political or economic these women.

**Keywords:** Gender Relations; Sexual Division of Labor; Settled women of Agrarian Reform; Black Women; Women Solidarity Economy.

Introdução e localização dos debates: Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho em breve problematização com mulheres negras, assentadas de reforma agrária e da economia solidária

Em contexto mais ampliado, algumas análises estatísticas indicam presença massiva de mulheres em profissões da área de humanidades e, efetivamente, ligadas ao cuidado, em detrimento das exatas, por exemplo. A atuação feminina majoritária pode ser observada, por exemplo, no ensino fundamental ciências sociais e humanas, pedagogia, letras, enfermagem, nutrição e, na área médica, em pediatria, dermatologia, entre outras. Duas análises podem ser feitas: a preparação das meninas e adolescentes ainda está mais voltada para cuidados do lar e a escolha da profissão passa pela possibilidade de continuar cuidando da casa e trabalhando em meio horário. As mulheres “ajudam” na renda e os homens “ajudam” nos cuidados da casa e dos filhos. A dimensão econômica que sustenta a família é pauta de homens e o cuidado da casa e dos filhos é pauta de mulheres.

Essa rigidez aponta contradições e vários desafios, uma vez que a construção de valores masculinos e femininos sob este “guarda chuva” não se sustenta mais. Inúmeras tensões pressionam estas configurações, entre elas, as diferentes expressões de sexualidades, a atuação das mulheres no espaço público, passando pela escolarização e pelo mercado de trabalho, as vivências masculinas no cuidado dos(as) filhos (as) por escolha ou por necessidade, são algumas das questões. As funções da família e da escola passam por diferentes redes de significados, muitas vezes, conflituosos e que demandam enfrentamentos e debates permanentes. As dimensões produtivas e reprodutivas se imbricam e se complexificam cada vez mais e, linearidades, dicotomias e polarizações não encontram espaço analítico consistente.

A utilização do conceito de Divisão Sexual do Trabalho (HIRATA, 2008; KERGOAT, 2009) para observar os diferentes tipos de trabalhos realizados pelas mulheres durante os três últimos anos de diálogos mediados por atividades do projeto *Relações de Gênero: Configurações e Reconfigurações da Divisão Sexual do Trabalho entre Mulheres Negras, Assentadas da Reforma Agrária e da Economia Solidária*, representou um desafio que merece ser mais aprofundado. Não nos limitamos a identificar e mensurar, por exemplo, o tempo gasto com atividades produtivas e reprodutivas nos três grupos de mulheres. Procuramos compreender os deslocamentos realizados por homens e mulheres entre os espaços produtivo e reprodutivo, em

que circunstâncias ocorrem, que outras configurações são reconstruídas e, principalmente, quais são os desafios para a geração de valor e renda, e para o fortalecimento organizativo dos três grupos envolvidos.

Quando Hirata (2007) argumenta sobre o conceito de Divisão Sexual do Trabalho, aponta duas noções que podem estar presentes em campos específicos de complementariedade e conflito entre a vivência do masculino e do feminino nas sociedades ocidentais. No âmbito familiar, essas noções podem ser identificadas em situações associadas à naturalização de papéis fixos para homens e mulheres, onde, cabe aos homens o provimento da renda com todos os desafios, tensões, conflitos e aprendizados que o espaço público pode gerar. As mulheres, por sua vez, cuidam prioritariamente da reprodução com todos os desafios, tensões, conflitos e aprendizados que a dimensão privada pode gerar. No entanto, cuidar de educação, saúde, alimentação, organização da casa, equilíbrio orçamentário e processos de socialização em geral, correspondem a atividades que, embora envolvam tempo e energia humana, são majoritariamente invisibilizadas e consideradas menos importantes que a atuação dos homens na esfera produtiva. As próprias mulheres não valorizam o trabalho que realizam e naturalizam as diversas hierarquizações pautadas dentro e fora do domicílio.

Estas situações contribuem para que as estratégias criadas para a geração de valor e renda necessitem ser pensadas sob este campo de conciliações e disputas permanentes e históricas. No projeto em questão, vimos que cada grupo, especificamente, possui demandas vinculadas mais diretamente ao trabalho e combate ao racismo, ao trabalho e luta pela terra e ao trabalho e economia solidária. Sob tais aspectos, podemos perceber as dinâmicas de organização coletivas que lidam a todo momento com a exploração capitalista em âmbito ampliado e, ao mesmo tempo, com a condição ocidental judaica e cristã de mulheres sem oportunidades iguais de ascensão social, econômica e política. Também realizamos um esforço no sentido de dar visibilidade sem sacralizamos as mulheres dos grupos envolvidos, porém, procuramos criar espaços permanentes de diálogos que viabilizassem reflexões sobre as construções sociais de gênero e as desigualdades de oportunidades entre o masculino e o feminino na sociedade brasileira. As condições de exploração, subordinação e submissão foram trabalhadas no sentido de fortalecerem possibilidades de mudanças nas posições políticas dessas mulheres, como sujeitos ativos. Foi importante para tanto, produzirmos informações sobre as condições de trabalho dessas mulheres. A utilização da noção de divisão sexual do trabalho

também considera que os trabalhos realizados por homens possuem maior valor social agregado, ocorrendo nas relações sociais de sexo a separação e hierarquização dos diferentes tipos de trabalho realizados nas esferas pública e privada.

Kergoat aponta uma argumentação que apoiou nossas análises:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções - de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada concisamente, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p.67).

A mesma autora (2009, p.67) reforça a argumentação de Hirata (2007) e chama nossa atenção para a observação de que este conteúdo novo para a divisão sexual do trabalho foi proposto inicialmente por antropólogas feministas, que demonstraram haver não uma complementariedade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. A utilização da divisão sexual do trabalho nas pesquisas da Sociologia e da História possibilitou a aquisição do valor de um conceito analítico.

Após a problematização destas questões, torna-se mais tranquilo o entendimento das escolhas teóricas e empíricas do projeto. A estruturação da sociedade brasileira ainda mantém em pleno século XXI um patriarcalismo capilarizado em diferentes dimensões, que encontra abrigo fértil nos processos capitalistas. Trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos são explorados (as) economicamente e subjetivamente, porém, sobrepõem-se sobre as mulheres também a dominação masculina. Entendemos que, pensar as estruturas sociais como simultaneamente estruturadas e estruturantes (BOURDIEU, 1992), nos ajuda no entendimento, segundo o qual, não estamos tratando, por um lado, de vitimização das mulheres, ou, em outra medida, da impossibilidade de modificar conjunturas e estruturas, desde

que através de ações coletivas combinadas com estratégias individuais e familiares. No entanto, é oportuno pautar que se tratam de várias lutas simultâneas e, o tempo livre dessas trabalhadoras para se organizarem é escasso, mais ainda pela necessidade de lidar com demandas dos espaços reprodutivo e produtivo.

### **Contextualização: a Universidade e os coletivos de mulheres**

É importante ressaltar como a Universidade se organiza para disponibilizar informações e favorecer diálogos com grupos da sociedade civil organizada, neste caso específico com coletivos de mulheres. Podemos considerar **três eixos** articuladores com dinâmica e complexidade próprias para as práticas a serem desenvolvidas e que guardam relações entre si. O **primeiro** deles se refere às possibilidades de trabalho de Pesquisa em interface com Extensão, também considerada como Pesquisa Ação (BRANDÃO; STRECK, 2006) que procura aproximar as práticas sociais de pesquisa e extensão. A estruturação acadêmica predominante destas dimensões trata separadamente de ambas, isto é: ou se faz pesquisa ou se faz extensão. Em função do distanciamento existente entre Universidade e Sociedade, pesquisadores (as) detém um saber específico que os (as) legitima a acionar conceitos e métodos de pesquisa segundo propósitos definidos prioritariamente no âmbito acadêmico. A construção do “objeto de pesquisa”, portanto, se dá entre os muros universitários.

Exceções merecem destaque desde a década de 1970, entre elas, a realização de diferentes possibilidades de pesquisa participante e pesquisa-ação, nas quais, num certo sentido, se objetiva a “ação social” (BRANDÃO; STRECK, 2006) e os “pesquisados” passam a contribuir com os rumos do desenvolvimento da pesquisa. À medida que se apropriam das informações geradas sobre suas vidas, podem passar a atuar em demandas motivadas pelas próprias ações vinculadas aos projetos. Sob esta argumentação, as informações coletadas para alcançar os objetivos da pesquisa podem também sinalizar demandas para atividades de extensão. As práticas de extensão universitária, construídas sob este enfoque, se originam dos “problemas de pesquisa ou questões centrais” e se retroalimentam durante todo o processo de trabalho. Planejar uma oficina para reflexão sobre relações de gênero ou uma capacitação técnica específica para geração de renda, ou ainda o percurso metodológico da pesquisa sobre trabalho produtivo e reprodutivo, por exemplo, exige a identificação de demandas que precisam ser conduzidas de forma dialógica.

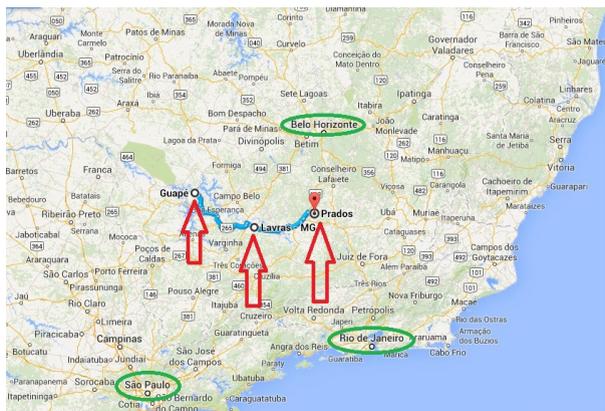
O suporte teórico foi constituído prioritariamente dos debates sobre processos de mediação (NEVES, 1997), Extensão ou Comunicação? (FREIRE, 1969), Mulheres na Reforma Agrária (BUTTO e LOPES, 2008), Pesquisa Participante (BRANDÃO e STRECK, 2006). Gênero (SCOTT, 1995; SUARÉZ, 1999), Raça e Etnia (SUARÉZ, 1991), Divisão Sexual do Trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2002; 2007; 2009) e Mulheres e Economia Solidária: Hora de Discutir a Relação! (COSTA, 2011)

Um **segundo eixo** articulador é representado pela diversidade de diálogos e agendas de estudantes de graduação e pós-graduação, da bolsista do Cnpq e de professores de áreas de conhecimento específicas, da Universidade Federal de Lavras - UFLA e da Universidade Federal de São João Del Rey - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFSJ/ITCP no trabalho com os três grupos de mulheres. O GEDIM-Gênero e Diversidade em Movimento é um grupo de pesquisa e extensão formalizado em 2007 e certificado pelo Cnpq que se vincula ao Programa de Pós Graduação em Administração – PPGA e ao Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão - PPGDE, ambos do Departamento de Administração e Economia – DAE/UFLA. Trabalha com a transversalidade entre gênero, classe e raça/etnia. A ampliação do trabalho com os grupos de mulheres da economia solidária e a UFSJ foi possível a partir deste edital do CNPq.

A **terceira** dimensão articuladora se refere à diversidade de pautas que envolvem tanto a universidade quanto os grupos de mulheres e os movimentos sociais aos quais são vinculados. Os aprendizados são constantes e o papel do Estado no apoio à sociedade civil organizada passa por debates sobre as funções sociais da universidade, por um lado, e pela construção de diálogos permanentes pautados nos limites conjunturais e estruturais de ambos, por outro.

A figura 1, a seguir, indica a localização das cidades do sul de Minas Gerais e da região de campos das vertentes, de onde os grupos são oriundos. Em Lavras fica a sede da UFLA, distante 190km do município de Guapé, 100km do município de São João Del Rei onde se localiza a UFSJ/ITCP e 130km do município de Prados.

**Figura 1:** Localização das Comunidades e sua relação com os principais centros metropolitanos.



**Fonte:** Google, 2014, adaptado pela equipe de pesquisa.

A diversidade dos três grupos será contextualizada a seguir, com o objetivo de sintetizar os processos constitutivos de cada um e suas implicações nos processos de pesquisa ação desenvolvidos. As vinculações mais estreitas ou mais distantes dos movimentos sociais, a aproximação do poder público municipal executivo ou legislativo e os diálogos com as universidades representam algumas dimensões importantes a serem consideradas para o alcance de maior visualização da Divisão Sexual do Trabalho.

### **Quadro 1:** Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial (CM-PIR) de Lavras.

Criado em outubro de 2003, após mobilização de lideranças e grupos do movimento negro presentes no município. Paritário, Consultivo e deliberativo, hoje, tem na sua composição, além dos membros indicados pelo Executivo Municipal, as seguintes entidades: Coeduc (Cooperativa dos Educadores da Escola Cooperativa Gralha Azul), Sindicato dos Metalúrgicos, ONG Ciranda, Grupos religiosos, dois representantes dos Movimentos Negros, associações diversas. O conselho é formado por 20 membros, 10 titulares e 10 suplentes, e tem na sua composição 10 homens e 10 mulheres. Tem buscado diálogo constante com o poder público municipal por compreender que “a necessidade de políticas para a igualdade racial, ainda é uma questão a ser adotada pelos agentes públicos... Por isso, de forma autônoma, assu-

me para si ações que caberiam ao poder público local, não ficando apenas na postura de deliberar e avaliar as ações do executivo municipal. Como exemplo, tem-se a idealização de uma lei e seu regimento” (Conselheira, 2014). O CMPIR possui um histórico de luta contra o racismo no município que tem se expressado através da atuação junto às escolas públicas, promoção de debates e seminários sobre cotas raciais e violência contra a juventude negra além do Fórum Permanente sobre Educação, Diversidade e Inclusão Social e capacitações sobre Conselhos Municipais, incluindo debates sobre função dos (as) conselheiros (as). A proximidade com o CMPIR tem possibilitado a diminuição de preconceitos raciais também no âmbito da universidade, a realização de projetos de extensão, trabalho de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2014). As atividades do GEDIM junto ao CMPIR acontecem desde 2007.

**Fonte:** Dados da Pesquisa Ação 2012-2015.

**Quadro 2:** Grupo Olhos d’água: Produzindo e Preservando do Assentamento Santo Dias coordenado pelo MST – Município de Guapé.

O assentamento Santo Dias é coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e se localiza no município de Guapé, na região sul de Minas Gerais. Possui 1788 hectares e 49 famílias organizadas em setores e núcleos. O avanço da cultura do café na região traz contradições explícitas a um modelo de desenvolvimento regional que prioriza, por um lado, o crescimento econômico produtivo e, por outro, relações de trabalho precarizadas. Esta dinâmica carrega invisibilidades de demandas das famílias tencionadas a atuar na cultura do café, sem condições de construir projetos de vida mais autônomos. A renda mais certa no período de maio a setembro vem da atuação extenuante na lavoura cafeeira. Levantar de madrugada, caminhar longas distâncias, trocar a escola pelo trabalho, cuidar da casa e da produção do lote, dos (as) filhos (as) e se submeter a jornadas múltiplas, absorve grande parte das famílias do assentamento. Cuidar do lote conquistado, que exige uma condição econômica ainda inexistente, atuar na organização da Associação de Agricultores Familiares

do Santo Dias e manter a militância no MST, realizando sua agenda, representam um conjunto de práticas que compõem a vida dos assentados e assentadas que estão organizadas no Grupo Olhos d'água: Produzindo e Preservando. Formalizado em abril de 2010, o Grupo surgiu com o objetivo principal de gerar valor e renda para as mulheres, além de contribuir para maior coesão e identidade das assentadas. A diversidade é ampla: mulheres com preferência por trabalhos agrícolas, produção animal, outras, por produção de doces, “quitandas” e geleias e outras ainda por artesanato. As diferenças geracionais e étnico-raciais também estão presentes e a proximidade militante com o MST também não é homogênea. A logomarca produzida por uma das mulheres para identificar o grupo contém os símbolos: mulheres, homens e crianças, enxadas, bandeira do MST, árvores e nascentes. Os trabalhos com as mulheres tiveram início com o movimento estudantil e uma dissertação de mestrado (Magrini, 2010) que indicou a necessidade do apoio a geração de valor e renda para as mulheres e a manutenção dos debates sobre relações de gênero no assentamento. A partir destas referências duas dissertações também foram desenvolvidas onde se discutiu o conceito de pluriatividade (Martins, 2011) e de autonomia da agricultura familiar (Bronzatto, 2013) É importante ressaltar que o grupo de jovens do assentamento juntou-se ao grupo de mulheres com fortalecimento para ambos. O Gedim realiza atividades junto ao Grupo de mulheres desde 2008.

**Fonte:** Dados da Pesquisa Ação 2012-2015.

O trabalho na cidade de Prados possui um histórico e desdobramentos que podem ser resumidos conforme apresenta o quadro abaixo.

**Quadro 3:** Grupo de Mulheres da Economia Solidária de Prados.

Nos anos de 2007 e 2008, foi desenvolvido em 28 municípios das regiões das Vertentes e Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, o Consórcio Social da Juventude “Caminhos da Estrada Real”, fruto do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Ministério do Trabalho e Emprego, em convênio com a UFSJ - Universidade Federal da São João Del-Rey e com a FAUF - Fundação de Apoio à Universidade Federal de SJDR. Participaram deste Programa cerca de três mil jovens, com atividades que eram sintetizadas em quatro: qualificação profissional,

formação cidadã, reforço escolar e preparação para o primeiro emprego. Uma das alternativas utilizadas para o primeiro emprego ou primeira atividade profissional foi a participação em Associações ou Cooperativas de produção de bens e serviços que pudessem garantir renda e ocupação para estes jovens. Com o amadurecimento dos debates acerca das Associações e Cooperativas, foram envolvidos, além dos jovens participantes do Consórcio, seus familiares adultos e em situação de desocupação, desemprego ou subemprego. Um dos desdobramentos desses processos resultou em esforços coletivos de se pensar ações que pudessem dar prosseguimentos aos chamados Consórcios da Juventude. Neste sentido, os diálogos entre agentes de governos municipais, participantes do Consórcio - e seus familiares - e a ITCP da UFSJ, conduziram o debate acerca da Economia Solidária. Como resultado, já em 2009, a Prefeitura de Prados incentivou a criação de Coletivos de Produção do município e demandou da UFSJ o apoio para a construção de uma Política Municipal de Desenvolvimento da Economia Solidária. A UFSJ através da ITCP e junto com os Coletivos, representados, naquele momento, pela Associação de Artesãos de Prados, apoiou a criação de um GT – Grupo de Trabalho, cuja representação foi ampliada para representantes dos Coletivos Municipais de Produção Coletiva - Rurais e Urbanos, representantes da Prefeitura, da Igreja Católica, da Câmara de Vereadores e da EMATER local. O GT realizou em 2010 o primeiro Encontro Municipal de Economia Solidária de Prados, resultante de um processo de mobilização em vários pequenos encontros, envolvendo pessoas que poderiam participar de futuros grupos de produção de bens e serviços. O Encontro definiu uma pauta de negociações e demandas que seriam necessárias para a definição e o estabelecimento de uma política municipal de economia solidária. A realização deste primeiro Encontro incentivou o município de Prados a criar uma Lei Municipal de Economia Solidária que define, estabelece e normatiza a política municipal de economia solidária; conta com cinco Coletivos que dão sustentação a esta política, a saber: Associação de Brindes de Prados-ABRIP que conta com três subgrupos sendo um na Comunidade de Carandaizinho, outro na Comunidade do Bichinho e outro na cidade

– que costumam e produzem roupas para o consumo de suas famílias e para a venda com a Associação de Agricultura Familiar – que produz e comercializa em uma feira livre, produtos que vão de leite e queijos a hortaliças e legumes, de frutas e doces a grãos e fubá; e, uma Associação de Prestadoras de Serviços de Beleza Pessoal – que mantem um salão no centro da cidade. Esta política pública está inserida nas ações da Secretaria Municipal de Assistência Social e dialoga com outras Secretarias, notadamente a de Agricultura e a de Turismo e Patrimônio. Os Grupos de Mulheres da Economia Solidária de Prados se incorporou as atividades do Gedim a partir de 2013, com suporte do edital do Cnpq e parceria com a UFSJ/ITCP.

**Fonte:** Dados da Pesquisa Ação (2012-2015).

## **Metodologia**

Todo o desenvolvimento do projeto contou com uma bolsista Exp-B do CNPq especialista em assessoria a educação popular e a relações de gênero em transversalidade com classe e raça/etnia. Sem a atuação desta profissional dificilmente os objetivos propostos no projeto seriam alcançados, sobretudo, em função das demandas produtivistas da universidade na atualidade.

As reuniões, oficinas pedagógicas e demais contatos com os grupos foram produzindo informações que alimentavam os processos específicos, ao mesmo tempo que sinalizavam as demandas conjuntas, sem perdermos o foco das questões de pesquisa e extensão.

A primeira fase constituiu-se de sensibilização das equipes de Lavras/UFLA/DAE/GEDIM e de São João Del Rey/UFSJ/DAE/ITCP, através da discussão do projeto e planejamento inicial com retomada de contatos com os grupos de mulheres. Por se tratar de um projeto de pesquisa e extensão, o desenvolvimento de capacidades específicas foi realizado com oficinas internas associadas a estudos de textos vinculados às temáticas gênero/classe/raça/etnia e divisão sexual do trabalho: Reforma Agrária, assentamentos e mulheres; racismo e mulheres negras e mulheres da economia solidária.

A partir destas definições iniciais, passamos ao planejamento de atividades com cada grupo e das atividades que envolveriam os três grupos. As equipes da UFLA/DAE/GEDIM e da UFSJ/DECAC/ITCP assumiram funções de acompanhar cada grupo, respectivamente, CMPIR em Lavras, Olhos d'água: Produzindo e Preservando em Guapé e Mulheres da Economia Solidária de Prados. Mensalmente, a equipe ampliada se reunia para socializar os avanços e definir encaminhamentos coletivos.

As demandas de cada grupo durante os dois anos e meio do projeto situaram-se entre capacitações técnicas específicas e debates transversais entre gênero/classe/raça e etnia, por exemplo: Funcionamento de Conselhos Municipais e papel de conselheiros (as), dados estatísticos sobre gênero/classe/raça e etnia, Violência contra a juventude negra, cotas raciais, Lei de Economia Solidária, Economia Solidária e Feminista, Organização de Feira Municipal de Produtos Agrícolas, Artesanais e Capacitações em produção Agroindustrial Doméstica, Produção artesanal variada, estampanaria em camisetas, Qualidade da água, viveiros e mudas, produção de mel, construção de identidades de gênero, relações entre universidade e sociedade, entre outras.

Para dar conta destas demandas, as equipes das universidades também focaram temas como: Mulheres da Reforma Agrária, Divisão Sexual do Trabalho, Relações entre Gênero e raça/etnia, PEC das empregadas domésticas e discriminação de gênero, Pesquisa Ação, Economia Solidária e Feminista e Ações Coletivas.

Utilizamos métodos de coleta e análise das informações qualitativos e quantitativos, identificando e comparando estatisticamente as informações sobre o trabalho das mulheres no espaço reprodutivo e produtivo, por um lado, e realizamos análises de conteúdo mais aprofundadas sobre os processos sociais que sustentam estas configurações obtidas de forma mais panorâmica com métodos quantitativos, por outro.

O questionário semiestruturado foi aplicado nos três grupos empíricos e constou de sessenta perguntas mistas divididas em cinco blocos temáticos: identificação, trabalho, participação em coletivos, renda familiar e questões específicas.

Para a obtenção dos dados quantitativos, a amostra do assentamento por exemplo, foi de quarenta (40) entrevistados (as) sendo vinte e sete (27) mulheres e treze (13) homens, segundo critério de disponibilidade e representatividade das famílias. Além da descrição dos dados quantita-

tivos, a análise foi construída com cruzamento de variáveis e suporte da literatura.

As demais amostras foram constituídas segundo critérios específicos a cada coletivo: no CMPIR, foram entrevistados os (as) conselheiros (as) titulares e em Prados, os critérios foram de disponibilidade e representatividade dos espaços rural e urbano.

### **Por que estudar a Divisão Sexual do Trabalho? Principais resultados da Pesquisa sobre Trabalho Produtivo e Trabalho Reprodutivo**

Alguns resultados serão apresentados abaixo e foram organizados em blocos temáticos com tabelas que auxiliem a leitura dos dados. Dados sobre trabalho produtivo e reprodutivo (doméstico) como: significado do trabalho doméstico para as mulheres e interferências no trabalho fora do ambiente doméstico foram coletados em cada coletivo e em seguida agrupados. A auto declaração de cor/raça/etnia foi observada em cada grupo.

A composição da amostra total de sessenta e oito pessoas está discriminada por sexo na **tabela 1** abaixo.

COLETIVOS	AMOSTRA		
	Homens	Mulheres	
Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial CMPIR	02	07	09
Olhos d'água: Produzindo e Preservando	27	13	40
Mulheres da Economia Solidária de Prados	0	19	19
Total	35	33	68

**Fonte:** Dados da Pesquisa.

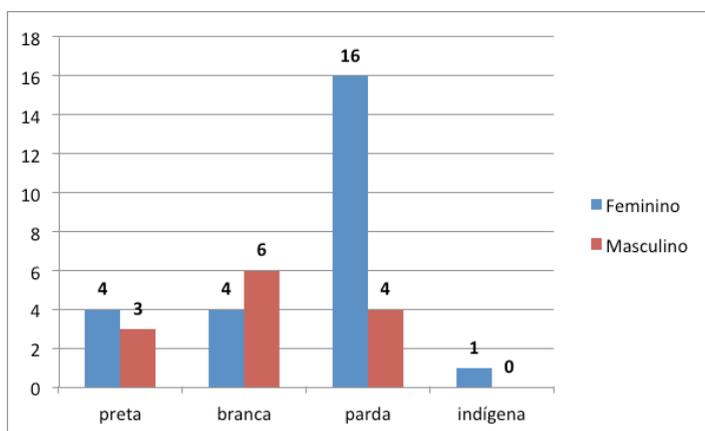
Ao serem interrogados (as) sobre sua autodeclaração, os percentuais abaixo nos permitem identificar uma polarização entre a cor branca e preta no CMPIR, sem marcações com a cor parda (o). No assentamento Santo Dias vinte pessoas se declararam como pardas e sete como pretas, das quais dezesseis mulheres se identificaram como pardas. Nas mulheres da economia solidária de Prados, 63,2% se declarou parda e 10,5% pretas. Se considerarmos a amostragem total de sessenta e oito pessoas, podemos

observar que quarenta e oito pessoas se autodeclararam pretas ou pardas, sendo um percentual maior para a cor parda. Com exceção do CMPIR onde a cor parda não foi citada, nos dois outros grupos ela aparece de forma expressiva. Estes números podem nos indicar uma dificuldade tanto de Prados quanto do assentamento em se identificar como pretas (os), tanto pela inexistência do debate sobre racismo nestes dois coletivos, quanto pelo sentimento de se sentir mais acolhida (o) pela sociedade se autodeclarando pardas (os). A pauta sobre racismo no CMPIR faz parte de seu cotidiano e de sua proposição organizativa central. É necessário destacar, entretanto, que não estamos fazendo comparações, pois as amostras são muito diferenciadas.

**Tabela 2:** CMPIR – Sobre Raça e Etnia.

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Preta</b>	7	77,8
<b>Branca</b>	2	22,2
<b>Total</b>	9	100,0

**Gráfico 1:** Olhos d'água: Produzindo e Preservando – Sobre Raça e Etnia.



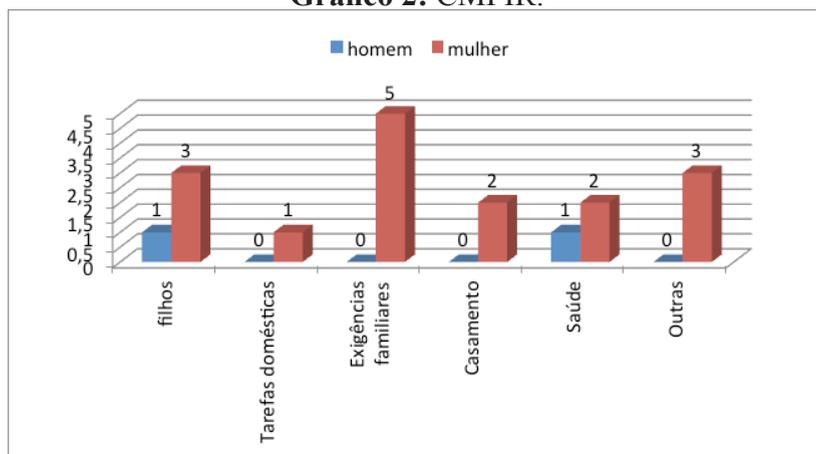
**Tabela 3:** Mulheres da Economia Solidária de Prados – Sobre Raça e Etnia.

	Frequência	Porcentagem
<b>Preta</b>	2	10,5
<b>Branca</b>	3	15,8
<b>Amarela</b>	2	10,5
<b>Parda</b>	12	63,2
<b>Total</b>	19	100,0

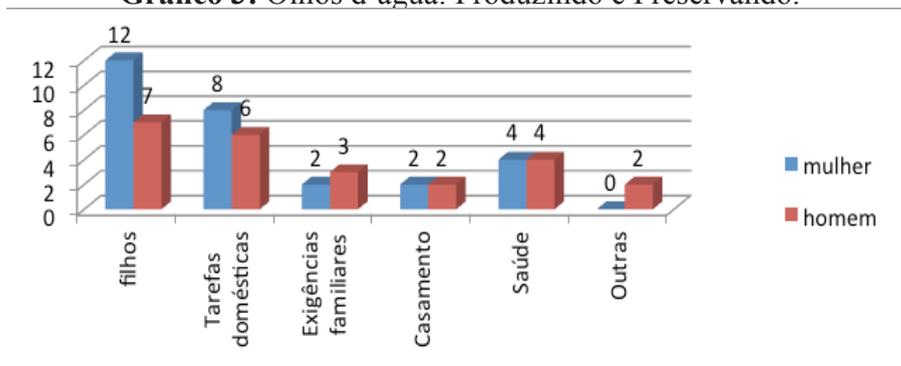
**Sobre as situações mais interferem no trabalho das mulheres fora de casa?**

Os questionamentos específicos por cada grupo indicaram para as mulheres do CMPIR que as exigências familiares e o cuidado com os (as) filhos (as) representam situações prioritárias na interferência do trabalho fora do domicílio. Para o assentamento Santo Dias, a priorização elencou primeiro o cuidado com os (as) filhos (as) e em seguida o compromisso com as tarefas domésticas. Para as mulheres da economia solidária de Prados, a priorização foi primeiro o cuidado com os (as) filhos (as) e em seguida as exigências familiares. Na tentativa de aprofundar um pouco estas informações, apresentamos os dados obtidos junto aos três grupos nos gráficos abaixo.

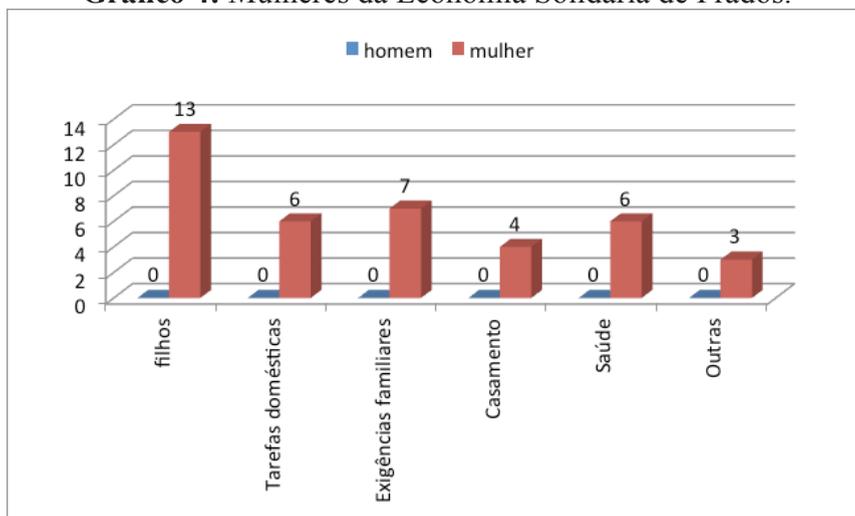
**Gráfico 2:** CMPIR.



**Gráfico 3: Olhos d'água: Produzindo e Preservando.**

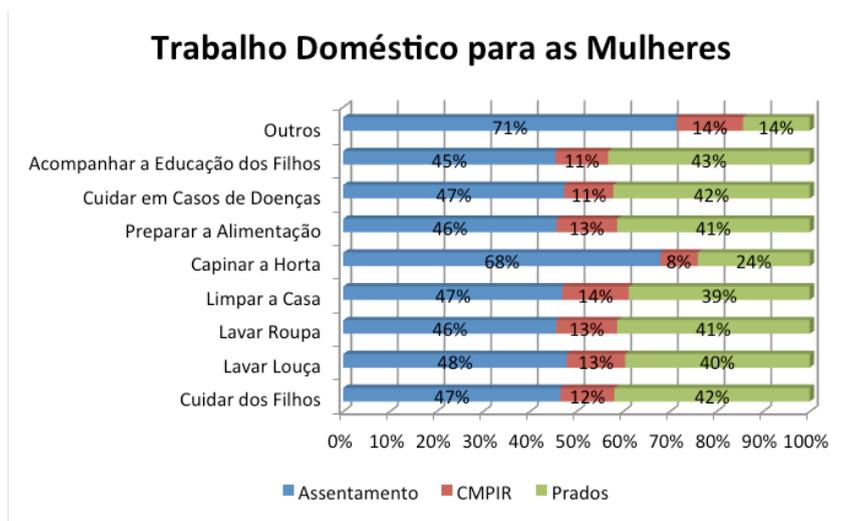


**Gráfico 4: Mulheres da Economia Solidária de Prados.**



As observações acima podem dialogar com os dois gráficos abaixo, quando os três grupos foram agrupados.

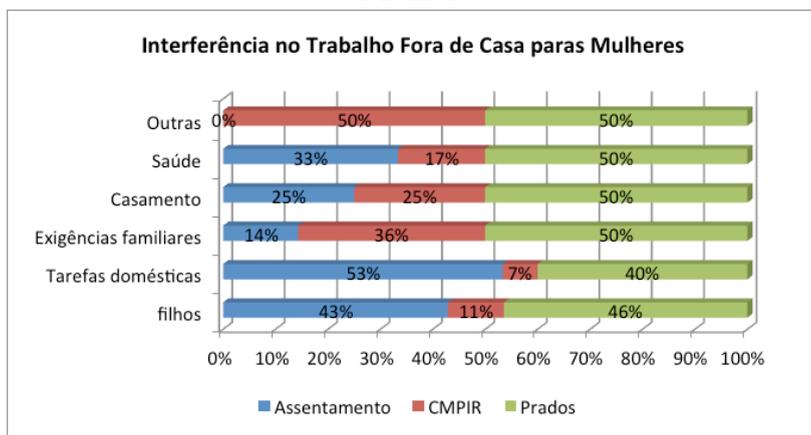
**Gráfico 5 - Respostas sobre significado do Trabalho Doméstico para as Mulheres.**



**Fonte:** Dados da Pesquisa.

A leitura dos gráficos nos ajuda parcialmente, pois a amostra do CMPIR foi quantitativamente muito inferior as demais. No entanto é possível observar que a concepção de trabalho doméstico para as mulheres entrevistadas interfere diretamente em suas observações sobre as interferências no Trabalho Fora de Casa. O grupo de mulheres da economia solidária de Prados, não possui engajamento político e está iniciando sua participando no movimento regional de economia solidária. As responsabilidades com a saúde da família, o casamento, as exigências familiares, as tarefas domésticas e os filhos podem estar refletindo esta falta de debates sobre relações de gênero e relações sociais de sexo na sociedade brasileira. Os dois outros grupos, CMPIR e Olhos d'água: Produzindo e Preservando desde sua constituição inicial participam, coordenam e motivam debates sobre relações de gênero, inclusão social e racial, reforma agrária entre outras questões.

**Gráfico 6:** Respostas sobre interferência no Trabalho Fora de Casa para as Mulheres.



**Fonte:** Dados da Pesquisa.

### **Configurações e Reconfigurações da Divisão Sexual do Trabalho nos Três Grupos de Mulheres: Assentadas de Reforma Agrária, Negras e da Economia Solidária**

A manutenção da Divisão Sexual do Trabalho clássica foi observada e, no âmbito da família, produz vários obstáculos ao fortalecimento de ações coletivas, e está presente com especificidades nos três grupos. Por um lado, a acomodação de papéis rígidos para homens e mulheres aparentemente inibe demandas, reforça questões não ditas no âmbito de conflitos na família entre os casais, irmãos e irmãs, genros e noras e os diversos arranjos familiares, mantendo um “equilíbrio emocional” sob responsabilidade das mulheres e que sustenta o “bem viver”. Por outro, esta acomodação traz inúmeros desdobramentos e limites importantes para se pensar o trabalho em sentido ampliado. Mantém-se processos de socialização na família, que reproduzem funções fixas para homens e mulheres, com crianças e jovens circulando permanentemente no âmbito familiar sob estes valores. As meninas cuidam da casa e dos irmãos (ãs) mais novos (as), e os meninos “ganham o mundo” com brincadeiras que vão exigindo mais ousadia, coragem e aprendizados em lidar diferentemente com as emoções, por exemplo. Ainda se escuta dos pais e mães que “homem não chora” e, sem entrar no mérito desta argumentação, podemos perceber o reforço à polarização entre emoção e razão para expressões femininas e masculinas. Cotidianamente, as mulheres de qualquer geração subordinam-se prioritariamente às dimensões do espaço reprodutivo para depois

se “liberarem” e atuarem no espaço público. Estes deslocamentos são negociados com diálogos apenas em situações excepcionais e as naturalizações servem de justificativa para o debate não acontecer: “*sempre foi assim*”. A precarização das relações de trabalho, a natureza das dimensões econômicas e a autonomia financeira das mulheres negras, assentadas de reforma agrária e da economia solidária, respectivamente, se manifestam de forma complexificada e ressignificada permanentemente. Nos três grupos trabalhados, estas análises guardam diversidades importantes.

No CMPIR, com composição paritária entre representantes do executivo e da sociedade civil organizada, a dinâmica de funcionamento não foge do que a literatura sobre conselhos nos traz, onde a participação da sociedade civil organizada é muito mais permanente, cotidiana e liberada para produzir demandas que tencionem o poder executivo. As representações do poder executivo tendem a entender o Conselho como um “Departamento” da prefeitura, o que produz tensões e impede avanços no combate ao racismo no município. Outra dimensão importante da análise é que, para o CMPIR, os focos prioritários em sua dinâmica de funcionamento são trabalho e raça/etnia. Todas as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas indicaram que as principais preocupações dos (as) conselheiros (as) são as questões de classe e étnico-raciais como estruturas cristalizadas, que mantêm a população negra em relações de trabalho precarizadas e de difícil ascensão cultural, política e econômica. As questões de Gênero e da Divisão Sexual do Trabalho não emergem como prioritárias nas pautas autônomas do CMPIR. As disputas entre representações da sociedade civil organizada e do executivo municipal consomem energia e boa parte do tempo do Conselho, em especial dos grupos organizados.

No Grupo Olhos d’água: Produzindo e Preservando, as questões de classe se sobrepõem às de raça/etnia e gênero. A morosidade do INCRA inviabiliza o avanço das atividades produtivas em geral e as resistências individuais e coletivas são organizadas sob esta ausência de diálogos permanentes com o estado. Os debates sobre raça/etnia não são realizados no âmbito do assentamento e a discussão sobre relações de gênero também não dialoga transversalmente com os setores político organizativos internos. Muitos processos de mediação se sobrepõem, entre eles a universidade com vários grupos atuando em diversas áreas do conhecimento e com pouco diálogo entre si, os Institutos Federais de Sul de Minas- Machado e Inconfidentes e o MST, entre outros. As dimensões econômicas elencadas pelas mulheres passam pelo filtro prioritário do espaço doméstico, das li-

nhas priorizadas pelo MST e das decisões coletivas internas. Não existem diálogos permanentes entre as mulheres e o poder público municipal.

No trabalho com as mulheres da economia solidária de Prados foi possível identificar pelas informações obtidas que, a dinâmica de estruturação e funcionamento familiar é conduzida sem associações com diálogos de engajamentos políticos, e sem debates de gênero/raça/etnia. A dimensão econômica aciona os principais mecanismos organizativos do grupo, que por sua vez tem produzido demandas vinculadas ao tensionamento das funções do poder público municipal tanto na esfera executiva, quanto no legislativo. A construção da lei de economia solidária e a constituição do Conselho Municipal de Economia Solidária com a participação das mulheres como membros titulares tem oportunizado a vivência com um conjunto de informações, antes desconhecidas. A criação da Feira municipal, a organização coletiva para produção de artesanato e produtos agroindustriais também tem se constituído como elemento propulsor do debate junto aos Fóruns regionais de economia solidária que algumas mulheres começam a participar. A valorização de seus próprios trabalhos e o diálogo próximo com a UFSJ tem contribuído para o fortalecimento organizativo do grupo.

### **Considerações Finais**

Ao retomar os principais objetivos do trabalho, não podemos deixar de reforçar o que a literatura nos traz sobre uma quantidade expressiva e qualificada de trabalho das mulheres que é invisibilizada e desqualificada. Tudo isto em nome da manutenção de cuidados maternos ligados ao amor e a natureza quase biológica que nega a construção social das relações de sexo. Em nome de uma abstração do amor as mulheres ainda se sentem coagidas e subordinadas a manutenção do equilíbrio no ambiente doméstico, em detrimento de escolhas e do desenvolvimento de capacidades que nem têm o direito de saber se possuem. Os grupos apontaram diferentes formatos organizativos para lidar com os debates proporcionados pelas atividades do projeto sobre os principais desafios em ser homem e ser mulher na sociedade contemporânea. A complementaridade de funções masculinas e femininas foi tensionada e possibilitou observar as diferentes reconfigurações da divisão sexual do trabalho, onde a “dimensão econômica do pano de prato” pode indicar não só potencialidades de autonomia a serem construídas a partir da associação com movimentos sociais, em redes de economia solidária e em políticas públicas, como também em espaços de valorização da auto estima das mulheres envolvidas nestas e

outras atividades artesanais e/ou produtivas.

Durante os três últimos anos vários movimentos de estudantes e professores (as) de graduação e pós de duas Instituições Federais de Ensino Superior em diálogos constantes com o movimento negro, de economia solidária e o MST conviveram com a criação e recriação de demandas específicas nos três coletivos de mulheres aqui apresentados. Também foi possível acompanhar a produção de conflitos diversos e os mecanismos criados por cada grupo para lidar com tais conflitos.

Tendo como categoria de análise o conceito de Divisão Sexual do Trabalho foi possível iluminar as relações de poder e gênero nos espaços citados, como estratégia para se pensar como avançar no sentido de romper com as desigualdades entre homens e mulheres. Mesmo tendo como indicativo a manutenção nos três grupos das hierarquias “clássicas” entre trabalho de homem e trabalho de mulher, foi possível identificar como as políticas públicas, especificamente de economia solidária podem ajudar na construção de novas relações de gênero, com maior valorização e autonomia das mulheres. Tal situação foi confirmada com as mulheres do CMPIR, que foi identificado como um espaço que representa avanços nos debates sobre racismo e nos últimos anos sobre gênero, classe e raça. No assentamento Santo Dias, a novidade é representada pelas lutas internas de manutenção dos diálogos de gênero junto as Divisões Político Organizativas (MAGRINI, 2010) locais. Podemos dizer que nos três grupos, se mantém as afirmações de que “*os homens ajudam na casa e as mulheres ajudam na renda*”, significando que o compartilhamento para se pensar em novas relações entre os espaços produtivo e reprodutivo ainda não ocorre.

Os deslocamentos dos coletivos de mulheres para participar de atividades ampliadas e compartilhadas entre si, representaram espaços de troca de experiências, de capacitações diversas, de ampliação de debates e elevação de consciência crítica, além de fortalecimento de auto-estima. Entre eles a visita à comunidade Noiva do Cordeiro, o II Encontro Municipal de Economia Solidária de Prados, os dois Encontros Intermunicipais em Lavras: Fios Trançados com a Terra e a cor Negra e o Encontro Municipal da Juventude: Violência em Foco em Lavras.

Outras questões que merecem destaque podem ser representadas pelo intenso convívio com diferentes tipos de transgressão provavelmente deslocados para as esferas familiares em alguma medida, e que foram construídos sejam nos debates sobre racismo, seja na luta pela terra e por um outro tipo de economia que se contrapõe a economia capitalista.

A construção de pautas mais autônomas pelas mulheres ainda representa um desafio a ser perseguido pelos coletivos observados.

Outra questão que pode ser colocada como pauta futura, é como pensarmos com os coletivos as possibilidades de aproximação dos debates e práticas de economia solidária, racismo e relações de gênero e luta pela terra.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRANDÃO, C.R.; STRECK. **Pesquisa Participante - o Saber da Partilha**. Editora Ideias e Letras, 2006.

BRONZATTO, Luiz Augusto. **A Luta por Autonomia no Assentamento Santo Dias: uma abordagem à luz da nova condição camponesa**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração DAE/UFLA, 2013.

BUTTO, Andrea; LOPES, Adriana L.(Orgs). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. MDA, Brasília, 2008.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: **Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil**. MDA, Brasília, 2008.

CARNEIRO, Costa Jussara. Mulheres e Economia Solidária: hora de discutir a relação! In **Sociedade e Cultura**. Goiânia, jan/jun 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Editora Paz e Terra, 1969.

HIRATA, Helena. Divisão sexual do trabalho: o estado das artes. In: **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a Sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 273-289, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminis-**

mo. São Paulo: Editora da UNESP, p. 67-71, 2009.

LIMA, Grazielle, C, D. O “sujeito da reforma agrária” e a constituição de mediadores. In: **Desenvolvimento Social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, p.129-153, 2008.

MAGRINI, Pedro Rosas. **Cruzando Fronteiras Invisíveis**: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no sul de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração DAE/UFLA, 2010.

MARTINS, Douglas Vinícius Vaz. **A vida no e para além do roçado**: reprodução social e pluriatividade no Assentamento Santo Dias em Guapé – Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração DAE/UFLA, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos Rurais e Gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: **Mulheres na Reforma Agrária**: A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

NEVES, D.P (Org.) **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

OLIVEIRA, Isla Karla Azevedo Pedro. **Relações entre ascensão escolar e trabalho para mulheres negras em um município no sul de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração DAE/UFLA, 2014.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: SOIHET, Rachel. **Gênero e Ciências Humanas. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Gênero e Educação, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SUÁREZ, Mireya. As categorias “mulher” e “negro” no pensamento brasileiro. Universidade de Brasília. Grupo de Trabalho Temas e Problemas da População Negra no Brasil. XV Encontro anual da ANPOCS, 15 A 18 de outubro de 1991. In: **Anais...**, Caxambu, Minas Gerais, 1991.

\_\_\_\_\_. *Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico*. **Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil**. Projeto Fundo para a Equidade de Gênero, 1999. Campinas. Palestra. Campinas: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 1999, 18 ps.